



Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe do Gabinete da Ministra Adjunta
e dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA 1646 Ent. 3374	SUA COMUNICAÇÃO DE 13-12-2022	NOSSA REFERÊNCIA Nº: 129 ENT.: 5349 PROC. Nº 01.02.01 (PCP)	DATA 12-1-2023
-------------------------------------	----------------------------------	--	-------------------

Assunto: **Pergunta n.º 948/XV/1.ª (PCP)**

Encarrega-me o Senhor Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, na sequência da Pergunta n.º 948/XV/1.ª, de 13 de dezembro de 2022, apresentado pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que versa sobre o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Programa Garantir Cultura, de prestar os seguintes esclarecimentos:

O Programa Garantir Cultura é um apoio universal (não concursal), a fundo perdido, que visa a mitigação dos impactos da crise pandémica no setor cultural e o estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico. Este programa apoia atividades de criação ou programação artísticas, a realizar em formatos e contextos físicos ou digitais.

O Programa Garantir Cultura destinou-se a entidades artísticas singulares e coletivas que prossigam atividades de natureza não comercial (incluindo empresários em nome individual em regime simplificado), sendo o programa gerido pelo Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), mas também ao tecido empresarial (micro, pequenas e médias empresas, incluindo empresários em nome individual com contabilidade organizada) do setor cultural e artístico, sendo, neste caso, gerido pelo COMPETE.

Na pergunta a que se responde, não se refere sobre qual programa do Garantir Cultura se estão a pedir esclarecimentos. No entanto, indicando, na primeira questão, a falta de pagamento da terceira tranche, podemos concluir que a pergunta parlamentar diz



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DA CULTURA

respeito ao Garantir Cultura operacionalizado pelo COMPETE, pois o programa do GEPAC apenas comporta duas tranches de pagamento.

Assim, e ainda que esse programa esteja na dependência da área do governo que tutela a economia, sempre se dirá que foram aprovados e celebrados 621 contratos de concessão de incentivos, no valor total de 29,5 milhões de euros.

Desse valor foram já pagos às respetivas entidades promotoras cerca de 21 milhões de euros.

Neste momento acontece um processo de recolha de elementos/documentos e de finalização de propostas, os quais se encontram em tratamento pela equipa externa contratada exclusivamente para esse efeito.

Face a isso, é previsível que nas próximas semanas o número de processos concluídos possa aumentar consideravelmente.

Com os melhores cumprimentos,

P'lo Chefe do Gabinete,

Ana Leite